



**GEPOLÍTICA SINO-BRASILEIRA: ACORDOS BILATERAIS,
TROCAS COMERCIAIS ASSIMÉTRICAS E REPRIMARIZAÇÃO
NO BRASIL PÓS CRISE (2008-2024)**

**SINO-BRAZILIAN GEOPOLITICS: BILATERAL AGREEMENTS,
ASYMMETRIC TRADE EXCHANGES AND REPRIMARIZATION
IN POST-CRISIS BRAZIL (2008-2024)**

Osmar Fernando Alves da Silva¹
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Raimundo Jucier Sousa de Assis²
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Carolina Pereira Madureira³
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Jandir Oliveira Alves Junior⁴
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

SILVA, O. F. A.; ASSIS, R. J. S.; MADUREIRA, C. P.; JUNIOR, J. O. A.
GEPOLÍTICA SINO-BRASILEIRA: ACORDOS BILATERAIS, TROCAS
COMERCIAIS ASSIMÉTRICAS E REPRIMARIZAÇÃO NO BRASIL PÓS
CRISE (2008-2024). *Revista Ciência e Sustentabilidade*, Juazeiro
do Norte, V.8, N°1, p.113-132, jan./jun. 2024.

¹ Mestrando em Ciência Política no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (PPGCP - UFPI). Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2022). Membro do Diretório de pesquisa “Geopolítica, Capitalismo e Natureza”, vinculado ao CNPq.

E-mail: osmarfernando@ufpi.edu.br

² Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Curso de Graduação em Geografia. Doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Líder do Diretório de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza, vinculado ao CNPq.

E-mail: raimundojucier@ufpi.edu.br

³ Docente do Departamento de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA- CE) e de Pós- Graduação Lato sensu em Direito na Universidade Regional do Cariri. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (PPGCP - UFPI). Membro do Diretório de pesquisa “Geopolítica, Capitalismo e Natureza”, vinculado ao CNPq.

E-mail: carolina.madureira@urca.br

⁴ Discente do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Participante do Diretório de pesquisa “Geopolítica, Capitalismo e Natureza”, vinculado ao CNPq.

E-mail: jandir.alves@ufpi.edu.br

RESUMO

Da análise das relações internacionais Brasil-China, sobretudo a partir do período pós crise de 2008 – quando ocorre um estreitamento das relações diplomáticas e o fortalecimento do comércio exterior sino-brasileiro – emerge o questionamento: “em que medida as relações bilaterais Brasil-China pós-crise de 2008 relacionam-se à reprimarização econômica brasileira e a construção de um arcabouço institucional de trocas assimétricas?” Para responder essa pergunta, o trabalho analisa o Plano de Ação Conjunta (2010-2014), o Plano de Ação conjunta (2015-2021), o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), o Plano Estratégico (2022-2031) e o Plano Executivo (2022-2026), enquanto documentos oficiais sobre as relações sino-brasileiras, bem como os dados estatísticos das trocas comerciais Brasil-China disponíveis na plataforma *Comex Stat* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A hipótese é que as tessituras dos planos e trocas na balança comercial evidenciam um projeto de reprimarização do Brasil, representando uma cristalização de trocas comerciais assimétricas, em uma reciprocidade voltada às necessidades da “nova fábrica do mundo”. Como conclusão, a China se incorpora ao movimento político-econômico de expansão da reprimarização brasileira ao modificar a dinâmica das regiões produtivas brasileiras para seu abastecimento.

Palavras-Chave: Brasil; China; Reprimarização; Relações Bilaterais Assimétricas.

ABSTRACT

From the analysis of Brazil-China international relations, especially from the period after the 2008 crisis – when there was a tightening of diplomatic relations and the strengthening of Sino-Brazilian foreign trade – the question emerges: “to what extent are Brazil-China bilateral relations post-crisis of 2008 are related to Brazilian economic reprimarization and the construction of an institutional framework for asymmetric exchanges?” To answer this question, the work analyzes the Joint Plan of Action (2010-2014), the Joint Plan of Action (2015-2021), the Ten-Year Cooperation Plan (2012-2021), the Strategic Plan (2022-2031) and the Executive Plan (2022-2026), as official documents on Sino-Brazilian relations, as well as statistical data on Brazil-China trade exchanges available on the Comex Stat platform of the Ministry of Development, Industry, Commerce and Services. The hypothesis is that the plans and exchanges in the trade balance demonstrate a project to reprimarize Brazil, representing a crystallization of asymmetrical commercial exchanges, in a reciprocity focused on the needs of the “new factory of the world”. In conclusion, China joins the political-economic movement of expanding Brazilian reprimarization by modifying the dynamics of Brazilian productive regions for its supply.

Keywords: Brazil; China; Reprimarization; Asymmetric Bilateral Relations.

1 INTRODUÇÃO

As relações diplomáticas oficiais entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China passaram por diversas fases desde a sua data de estabelecimento oficial (1974). Essa trajetória diplomática, política e econômica permitiu a consolidação de um arcabouço institucional e um relacionamento bilateral sólido, com efetivação de uma Parceria Estratégica Global entre os dois países.

A centralidade desse trabalho encontra-se na análise das relações internacionais sino-brasileiras a partir do período pós- crise de 2008 – quando ocorre um estreitamento das relações diplomáticas entre os países e o fortalecimento do comércio exterior sino-brasileiro – em cotejo com a ascensão chinesa após esse período de inflexão na geopolítica mundial.

De início, a escolha do recorte espaço-temporal possui relação direta com o processo contemporâneo de redesenho do espaço mundial a partir da crise do capitalismo de 2008 e a sua relação com a construção de uma estrutura normativa e institucional Brasil-China, que tem em suas bases a expansão da reprimarização no Brasil, sobretudo quando se consideram os três eixos centrais da parceria estratégica sino-brasileira (político, econômico e científico-tecnológico).

Partimos da crise de 2008 enquanto ponto de inflexão, tanto em termos físicos de apropriação do território brasileiro, como também da participação do Brasil na lógica do abastecimento do “dragão chinês”. Em aspectos práticos, o objetivo central é destacar os pontos principais dos levantamentos realizados acerca dos acordos bilaterais do Brasil com a China (2008-2024) e das trocas comerciais sino-brasileiras.

Para além da abordagem normativa, a ênfase na análise do comércio exterior sino-brasileiro revela um caminho “seguro” de crescimento e redireciona a utilização de frações de unidades federativas brasileiras para o abastecimento chinês, quando se incorporam à lógica da reprimarização, com a penetração da geopolítica chinesa e da demanda pela produção de *commodities* em seu território.

Com o intuito de melhor desenvolver a pesquisa, operacionaliza-se dois eixos centrais de análise. Feita uma breve digressão sobre os impactos da crise nas relações sino-brasileiras e a importância do recorte temporal para o debate da reprimarização, passa-se ao primeiro eixo, no qual são analisados os dados estatísticos das trocas comerciais entre o Brasil e a China disponibilizados pela plataforma *Comex Stat* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pós-2008.

Já no segundo eixo, desenvolve-se uma análise documental do Plano de Ação Conjunta (2010-2014), do Plano de Ação Conjunta (2015-2021), do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), do Plano Estratégico (2022-2031) e do Plano Executivo (2022-2026), acordos bilaterais que demonstram normativamente a aproximação entre os países.

Em termos metodológicos, a proposta deste trabalho é a realização de estudos exploratórios em que se busca relacionar a reprimarização econômica brasileira com a ascensão chinesa e as relações bilaterais sino-brasileiras desde os anos 2000, sobretudo a partir do pós- crise de

2008. Busca-se a sistematização dos dados advindos da Plataforma *Comex Stat* e dos Planos de Ação Conjunta Brasil-China, para perquirir aproximações comerciais e tensionamentos com o contrafactual: ante a complexidade da geopolítica mundial e das escolhas governamentais e de política externa de ambos os países.

Os acordos bilaterais, em articulação direta aos dados estatísticos do comércio exterior, evidenciam o processo de institucionalização da divisão territorial do trabalho entre Brasil e China. A análise dos Planos, enquanto instrumentos de diálogo político-diplomático entre os países, por mais que positivamente equalizem – objetivando “investimento e cooperação mútua” – permite observar que as “áreas-chave” focam na produção de *commodities* (agrícolas e energéticas) e no direcionamento de investimentos tecnológicos, o que se confirma a partir dos dados oficiais disponibilizados e gráficos produzidos na pesquisa quanto à balança comercial.

2 CRISE *SUBPRIME* E O IMPULSO CHINÊS: 2008 ENQUANTO PONTO DE INFLEXÃO

Como bem destacam Cechin e Montoya (2017), o conceito técnico do termo “crise” se materializa a partir de um ponto de inflexão de um ciclo ascendente, ou seja, quando a expansão é rompida. Dessa forma, para eles:

a crise demonstra uma situação anormal, pois ela não rompe apenas com a prosperidade recebida e desfrutada até o momento, mas também cria um conjunto de escassez e dificuldades para a grande maioria dos envolvidos (Cechin; Montoya, 2017, p. 151).

Em acordo ao argumento anterior, Harvey (2011) enfatiza o papel das crises no capitalismo e destaca que “[...] as crises servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimentos e novas formas de poder de classe” (Harvey, 2011, p. 18).

No século XXI, já nos seus primeiros anos, ocorre uma série de acontecimentos que possuem como consequências mudanças significativas na nova ordem global vigente na transição entre os séculos XX e XXI. O principal acontecimento que destacamos é o aparecimento, no ano de 2008, da crise *subprime* do capitalismo, marcada principalmente pelo desmantelamento dos grandes bancos de investimento de *Wall Street* e pela declaração de falência do Banco de Investimento *Lehman Brothers* em setembro de 2008, após a super expansão (*super boom*) de créditos e incentivos econômicos.

As consequências desses acontecimentos não demoraram a se desdobrar pelo mundo. Esse processo de “contágio” da crise está diretamente relacionado ao crescimento dos comércios internacionais e a importância e influência dos Estados Unidos na economia global (Cechin; Montoya, 2017). Segundo Harvey (2011, p.13):

No fim de 2008, todos os seguimentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos [...]. A economia britânica estava igualmente com serias dificuldades, e a União Europeia foi abalada, mesmo com níveis desiguais, com a Espanha e a Irlanda, juntamente com vários Estados orientais europeus que recentemente aderiram à União, mais seriamente afetados. A

Islândia, cujos bancos tinham especulado nesses mercados financeiros, ficou totalmente falida.

A crise *subprime* também chegaria a impactar os países com o modelo baseado em uma economia de exportação. É o que se depreende do seguinte excerto:

No início de 2009, o modelo de industrialização baseado em exportação, que gerou um crescimento tão espetacular no Leste e Sudeste da Ásia, contraía-se a uma taxa alarmante [...]. O Comércio global internacional caiu em um terço em poucos meses, criando tensões nas economias majoritariamente exportadoras como a da Alemanha e do Brasil (Harvey, 2011, p. 13).

Entende-se que o avanço das consequências geradas pela crise *subprime* de 2008 foram sentidas não só pelos países desenvolvidos, mas também pelos países em desenvolvimento. Existiam, nesse contexto, casos particulares como o da China, que no entendimento de Wladimir Pomar (2003) já era visto como um país qualificado como um novo centro industrial do mundo.

A China já possuía a sua disposição medidas anticrise, desenvolvidas antes mesmo de sentir as primeiras consequências da crise de 2008. Essas providências, como assinala Pomar (2003), passavam pela:

[...] elevação da renda da população, do estímulo ao consumo interno e da diversificação dos investimentos, de modo a transformar seu mercado interno no principal indutor do seu desenvolvimento, e mantendo sua competitividade internacional (Pomar, 2003, p.161).

Segundo Harvey (2011, p. 37) “a hegemonia pertence à entidade política que produz grande parte dos excedentes”. Desse modo, a crise de 2008 encontra com uma nova potência mundial em desenvolvimento: a China aumenta, gradativamente, sua participação no PIB global desde 1990. Em especial a partir dos anos 2000, assume como a “nova fábrica do mundo”, a partir do controle do excedente de produtos industriais e do desenvolvimento do seu mercado interno. Nesse sentido:

A participação da China no PIB global (em dólares correntes) entre 1980 e 1990 permaneceu praticamente estagnada e num patamar baixo (de 1,9% para 1,8%). A partir da década de 1990 verificou-se um aumento nessa participação de 273% (de 1,8% em 1990 para 3,7% em 2000). A partir da década de 1990 verificou-se um aumento nessa participação de 273% (de 1,8% em 1990 para 3,7% em 2000) que se acelerou ainda mais durante a década de 2000. Entre 2000 e 2005, período de expansão da economia mundial, a participação elevou-se de 3,7% para 5% (crescimento de 369%), tendência ampliada entre 2005 e 2010, em virtude da crise internacional - que teve menor impacto negativo na China em relação aos demais países, já que a participação cresceu de 5% para 9,3%. Inclusive a participação da economia chinesa ultrapassou a do Japão (8,7%) em 2010, tornando-se a segunda maior economia do mundo (Acioly; Costa Pinto; Macedo Cintra, 2011, p. 4-5).

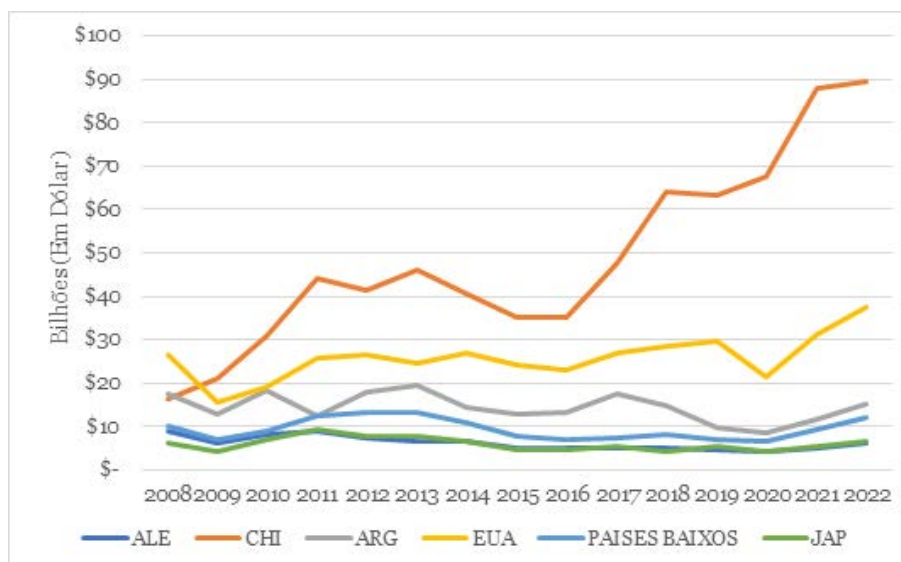
Como nos mostra Robert Kurz, a China é usada “[...] como uma placa giratória das cadeias transnacionais de criação de valor [...]” (Kurz, 2015, p.31). É justamente essa “força de placa giratória” que entrega à China um grande poder de compra sobre outros países e, em especial, sobre os países que fazem parte das chamadas “periferias do capitalismo”, onde imprime, a partir dos anos 2000, uma demanda crescente por matérias-primas e produtos

primários. Restaura, nesse processo, as trocas assimétricas entre um exportador de produtos industrializados e exportadores de produtos primários.

Essa ascensão chinesa e seus reflexos em outros territórios nacionais ganha relevância no caso brasileiro. A década inicial do século XXI é marcada, em resposta ao interesse chinês, pelo aprofundamento das relações entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil, dando uma prioridade significativa aos setores relacionados à busca por produtos primários e recursos energéticos, ao aumento da venda de produtos de maior valor agregado e à busca por mercado consumidor (Becard, 2011).

A aproximação fica evidente quando visualizamos estatisticamente o aumento crescente das exportações brasileiras para o dragão chinês a partir da crise de 2008, que tem como destaque a elevação do gigante asiático ao posto de principal destino das exportações já no ano de 2009 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Principais Destino das Exportações Brasileiras (2008-2022)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Economia (COMEX STAT), 2008 a 2022.

O gráfico delinea como central o contexto do pós-crise de 2008 para se compreender o nível atual da relação entre Brasil e China. Descortina o desenvolvimento paulatino de trocas desiguais entre um país que veio a se tornar um novo centro econômico mundial (pós-crise), chegando ao posto de segunda economia mundial, e um país que se estabelece (desde o final do séc. XX) como exportador de *commodities* e importador de produtos de alto valor agregado, sobretudo novas tecnologias, instrumentos mecânicos, produtos químicos orgânicos e veículos automotores e suas peças de manutenção.

A crescente demanda chinesa por *commodities* agrícolas impulsiona o atual processo de “desindustrialização precoce” e de “reprimarização” da economia brasileira, diferentemente do que aconteceu em outros pós-cries do século passado, como o pós-crise de 1929 e o pós-Segunda Guerra Mundial (Salama, 2012).

A China se tornou o principal parceiro econômico do Brasil desde 2008-2009, tendo essa dinâmica influenciado as trocas comerciais na América Latina (MDI, 2009; Torres; Cabral; Silva, 2014; Becard, 2011; Madureira; De Assis; Espíndola, 2022). Enquanto importante *player* regional, o distanciamento do Brasil da América Latina é multifatorial e possui forte componente nas escolhas governamentais. Minudenciando os temas integração regional e a posição do Brasil, discorrem Madureira, De Assis e Espíndola (2022):

o cenário de dissensos e assimetrias que corroboram para a paralisia decisória do MERCOSUL não é exclusividade do período 2016-2021 e possui origens que remontam à política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, poucos anos após a institucionalização do bloco. A despeito da falta de (motiv)ação dos chefes de Estado na qualidade de atores do processo integrativo nas relações Sul-Sul, enquanto projeto inacabado de integração, ainda é possível demonstrar a resiliência institucional dessa União aduaneira *sui generis*, com balança comercial superavitária MERCOSUL-Brasil e importantes avanços na seara social, embora não divulgados pela grande imprensa (Madureira; De Assis; Espíndola, 2022, p. 132)

Bernal-Meza (2021) aborda a reestruturação da economia mundial sob a ótica da América Latina e a nova relação centro-periferia com a China enquanto “consequência não desejada”. Para o autor, a ascensão chinesa e a sua aproximação com a América Latina ocorrem em paralelo com a redução do desenvolvimento científico-tecnológico e a industrialização da região, repetindo a lógica centro-periferia da etapa hegemônica norte-americana (século XX). Assim, para o autor:

A china impacta negativamente nos processos de integração da América Latina, particularmente no MERCOSUL, ao substituir os fluxos de comerciais e estimular a especialização. Este fenômeno desintegra a relação econômica internacional entre os países da América do Sul e os distancia economicamente entre eles, devido à falta de complementação e ao aumento da competição produtiva entre eles: Peru e Chile exportam cobre; Argentina, Brasil e Paraguai exportam soja; Venezuela e Argentina abastecem petróleo, etc. A complementaridade comercial e a harmonia do intercâmbio entre a China e os países latino-americanos não contribui ao desenvolvimento e à modernização produtiva e industrial dos países da região, já que ambos acontecem para satisfazer a um ator externo, que induz a especialização produtiva (Bernal-Meza, 2021, p. 240).

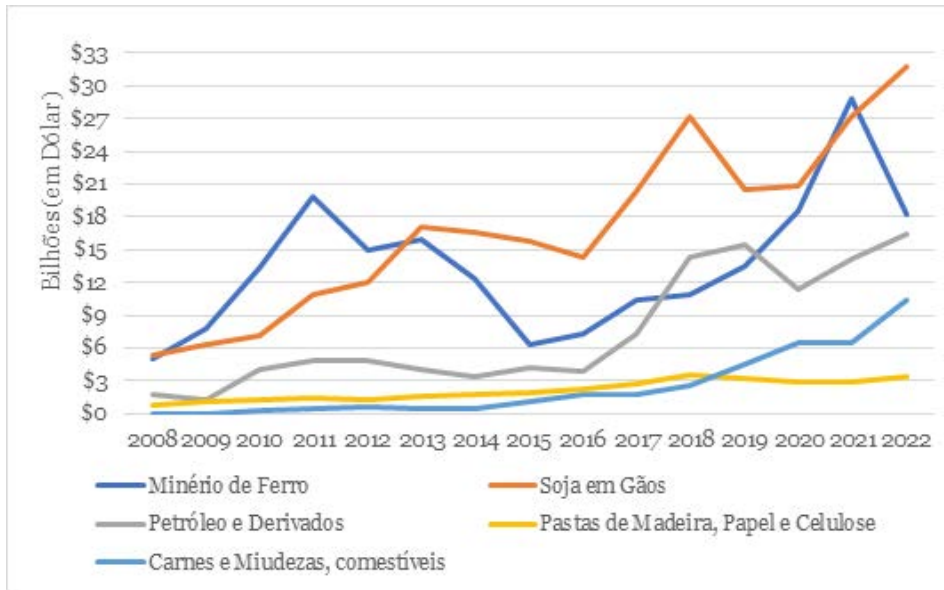
Embora não seja o único componente nessa equação, há participação chinesa nesse processo de distanciamento, o que se evidencia se considerarmos as mudanças na balança comercial brasileira no período em análise.

O pós-2008 marca o boom das *commodities* e a sedimentação do Estado chinês como maior parceiro comercial brasileiro, sendo realizada a primeira cúpula do BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China). Esse crescimento da demanda chinesa torna-se evidente quando se analisam as afirmações elencadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em que:

[...] a grande demanda chinesa de alimentos e da indústria intensiva em recursos naturais proporciona um salto considerável nas exportações brasileiras de *commodities*, sobretudo de minério de ferro, soja, carnes, petróleo e celulose, enfatizando a complementaridade entre as duas economias (CEBC, 2015, p.37).

Esse impulsionamento da produção de *commodities* para o abastecimento da demanda chinesa pode ser percebido por meio da pauta de exportação do Brasil para a China (Gráfico 2):

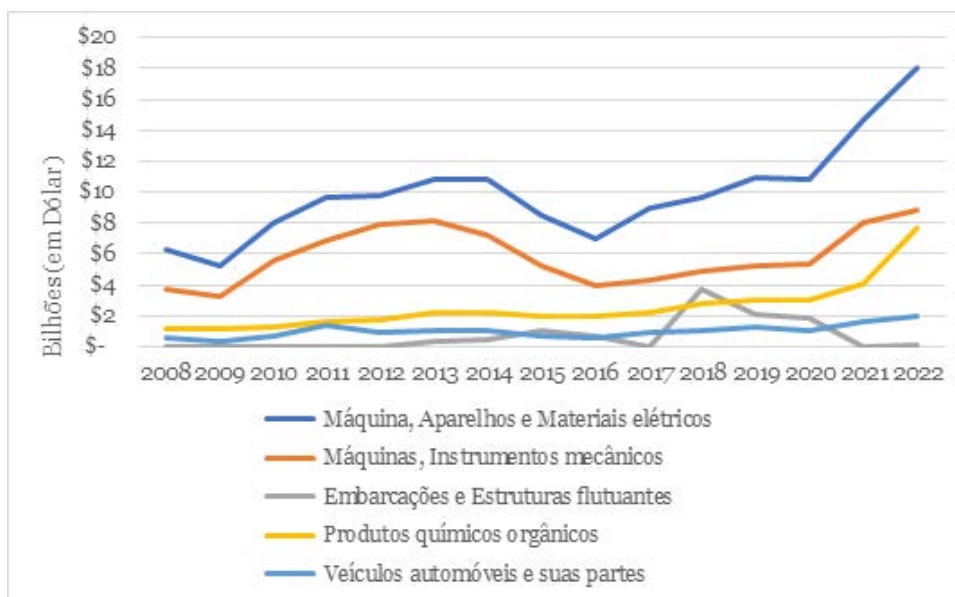
Gráfico 2 - Pauta de Exportação do Brasil para a China (2008-2022).



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Ministério da Economia (COMEX STAT), 2008 a 2022.

Observando também o Gráfico 3, referente à pauta de importação brasileira de produtos chineses entre 2008 e 2022, entende-se que o Brasil vem se transformando, desde a década de 1990, em um fornecedor de produtos de baixo valor agregado e aumenta de forma crescente a importação de produtos de alto valor agregado - produtos chineses cada vez mais tecnológicos. Senão vejamos:

Gráfico 3 - Pauta de importação do Brasil com relação a China (2008 a 2022)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Ministério da Economia (COMEX STAT), 2008 a 2022.

Conforme a sistematização do Gráfico 3, que possibilita a visualização das pautas de exportação e importação do Brasil em relação à China e da balança comercial existente entre os dois países, percebe-se que a essa reconfiguração econômica brasileira está intimamente ligada à dinâmica da geopolítica contemporânea. Em acordo com o pensamento de Cunha, Lélis e Biachara (2012, p. 210), “[...] o dinamismo da economia brasileira tem ocorrido em um ambiente externo de mudanças estruturais provocadas, principalmente, pela ascensão chinesa.”.

Conforme explanado, a força de “placa giratória” da produção industrial chinesa tem constituído uma “corrente de transmissão” que opera influências nas trocas com as periferias do capitalismo, de forma central pela demanda por matérias-primas e produtos primários (Assis; Da Silva, 2020), como demonstram o Gráficos 2 e 3.

Com o fechamento dessa primeira seção, a transformação brasileira, iniciada no final do século XX e em vias de consolidação pós-2008, solidifica-se. O Brasil, de potencial ambiental e produtivo gigantescos, consolida-se enquanto reservatório territorial que produz *commodities* para o abastecimento da demanda chinesa e, em igual medida, enquanto receptor de produtos industrializados chineses de alto valor agregado. Como veremos no próximo tópico, um legitimador desse processo é a balança comercial positiva do Brasil em sua relação com a China.

3 DA CORRELAÇÃO ENTRE A ASCENSÃO CHINESA E A REPRIMARIZAÇÃO NO BRASIL

A capacidade do capital de expandir-se geograficamente, pois “[...] os excedentes de capital e trabalho, não obstante produzidos, precisam ser absorvidos [...]” (Harvey, 2005, p. 135), está presente na pauta exportadora sino-brasileira. As relações comerciais voltadas à exportação de *commodities* brasileiras (soja, minério de ferro, carnes, celulose, dentre outros) e a importação de produtos industrializados do mercado chinês explicam-se em razão dos interesses chineses em infraestrutura, e a importância da soja para o ramo alimentício brasileiro. Outro elemento a ser considerado é a migração para as grandes cidades chinesas que se correlaciona à importação de minérios e à necessidade de suprimento alimentar.

O *superávit* da balança comercial tem o potencial de mascarar a cristalização de trocas bilaterais assimétricas entre um novo centro da economia mundial – citado constantemente como uma nova “fabrica do mundo” – e um país periférico exportador de produtos primários.

Segundo dados de 2018 do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço (MDIC), os estados brasileiros responsáveis pela exportação das *commodities*, como minério de ferro, soja, petróleo, entre outros produtos primários para a China, são, primordialmente, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Para a China, o Brasil vende majoritariamente soja, minério de ferro e petróleo. De toda a soja brasileira vendida, 80% vão para a Ásia, sendo que 70% têm como destino final a China (Lima; Jank; Malan, 2019). Ladeada de outras *commodities*, as exportações de soja e

derivados (Estadão, 2010) se descortinam como elemento estabilizador das relações políticas sino-brasileiras ante ao papel central da soja na pauta exportadora brasileira - que é fundamental para uma balança comercial superavitária (Becard, 2011).

Ademais, o Brasil não se classifica apenas pela grande taxa de exportação de produtos primários, mas está inserido também no papel de grande importador de bens tecnológicos e industrializados chineses (Assis; Da Silva, 2020; Assis; Da Silva, 2023). Com esse enfoque, o processo atual de reprimarização da economia brasileira se distingue de suas experiências passadas, e essa divergência materializa-se justamente em razão da reprimarização não seguir os mesmos processos de produção e exploração de outrora: trata-se de uma reprimarização com processos muito mais sofisticados e tecnológicos.

Repise-se, o projeto de desindustrialização no Brasil é multifatorial, e o objetivo da pesquisa é suscitar reflexões sobre os influxos da ascensão chinesa e das relações sino-brasileiras pós-crise de 2008 no processo de reprimarização no Brasil, sem, no entanto, sugerir uma relação de causa e efeito direta.

Além da balança comercial positiva, outro indício reside nos próprios desenhos desenvolvimentistas em termos de infraestrutura brasileira, ainda baseada no modal rodoviário e que tem cerne nos interesses primários-exportadores:

[...] dos Estados nacionais sul-americanos que, por sua vez, sofrem influência política de importantes conglomerados empresariais regionais, os quais, cada vez mais, têm a sua produção atraída e voltada ao mercado asiático, sobretudo à China (Lopes da Cunha, De Moura Carneiro Campello, 2014, p. 242).

Nesse ínterim:

Esse processo da China força claramente a abertura dos territórios fracamente industrializados e tradicionalmente emprenhados no abastecimento dos centros do capitalismo com produtos primários, assim, imprime uma força no redesenhar das manchas de territórios no exterior do país incorporados para a produção, especulação e exportação de *commodities*, restaurando nesse processo as trocas assimétricas entre um exportador de produtos industrializados e um importador de produtos primários (De Assis; Da Silva, 2020, p. 12127).

Lessa (1998) já ressaltava a potencialidade do mercado consumidor chinês e os avanços na cooperação chinesa para a infraestrutura brasileira, que desde a década de 1980, possui foco na exportação de matéria prima e no setor de energia e indústria pesada. Esse quadro, que culmina na ordenação do território com vistas a abastecer o mercado chinês, é também projeto governamental e das empresas brasileiras, atores importantes para a viabilizar as trocas comerciais com a China, sobretudo em razão da fluidez da sua organização, *know-how* e dinamicidade.

Ao exportar *commodities*, o Brasil exporta também a exploração do meio ambiente. Nessa tônica, para desnudar o que se está oculto na reciprocidade dos acordos, faz-se necessário a compreensão das horizontalidades e contra-discursos: as pautas das populações afetadas com a exploração para suprir as necessidades do sistema agroexportador brasileiro, impulsionado pela

demanda chinesa, e a questão ambiental para além da retórica: com a destruição das nascentes, conflitos de terra com as comunidades tradicionais e os impactos sociais e culturais sobre os modos de viver e agir locais (Lopes da Cunha; De Moura Carneiro Campelo, 2014).

Soma-se a essa narrativa, os avanços no setor de nanotecnologia e a competição pela liderança da matriz internacional, da qual o Brasil e a Amazônia são peças-chave.

4 ARCABOUÇO NORMATIVO E ASSIMETRIA NAS RELAÇÕES BILATERAIS: ANÁLISE DA PARCERIA ESTRATÉGICA GLOBAL SINO-BRASILEIRA À LUZ DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTA (2010-2014; 2015-2021); PLANO DECENAL DE COOPERAÇÃO (2012-2021); PLANO ESTRATÉGICO (2022-2031) E PLANO EXECUTIVO (2022-2026)

Feitas as considerações sobre as crises dos *subprimes* e a alteração dos *standards* internacionais pós-2008, como também a correlação da ascensão chinesa com o impulsionamento da desindustrialização brasileira, passamos para a análise dos *agrément*s sino-brasileiros.

Os Planos de Ação, enquanto acordos bilaterais, são instrumentos diplomáticos que refletem o consenso possível, em uma circunscrição histórico-geopolítica específica para cada período de assinatura. Representam, ainda, projetos simbólicos de união entre os países e pontos de interlocução política importante para a sedimentação de trocas econômicas e culturais.

Essa pré-compreensão é ponto nevrálgico para entendê-los, posteriormente, enquanto parte de um arcabouço institucional Brasil-China que tem suas bases na expansão da reprimarização do Brasil - mormente com a relação aos três eixos centrais da parceria estratégica sino-brasileira (político, econômico e científico-tecnológico) - e em paralelo com os dados das trocas comerciais disponibilizados pelo Ministério da Economia – plataforma *Comex Stat*.

Em um primeiro momento, faz-se necessário conceituar o significado da existência de uma parceria estratégica e em que termos essa acepção se consolidou nas relações internacionais sino-brasileiras.

Para Ramos (2006), o conceito de parceria estratégica adota concepções bastante fluidas nas relações internacionais brasileiras, tendo sua acepção divergido do período da Guerra Fria em relação ao que lhe sucedeu. Enquanto no período da Guerra Fria o termo designava relações com países europeus, contrabalanceando acordos com os Estados Unidos, pós-Guerra Fria as parcerias estratégicas ganharam contornos operacionais e políticos. Assim sendo, o termo acaba se vulgarizando e, embora denote relações harmoniosas, não compreende apenas as relações entre aliados políticos.

Segundo a autora, o estudo da política externa denota um duplo viés, um focado nos aspectos internos, portanto, estadocêntrico, e outro de análise dos aspectos externos (análise sistêmica), porém, nenhuma das vertentes explica as relações bilaterais Brasil-China:

Considera-se nesse trabalho que nenhuma das duas análises, tomadas individualmente, é capaz de explicar o conjunto das razões que levaram o Brasil e a China a conduzir seus processos de cooperação. Acredita-se, portanto, que tantos fatores de ordem interna – a exemplo do enorme interesse chinês por recursos de outros países em processo de modernização econômica, além da necessidade de abrir novos mercados para escoar sua produção; quanto de ordem externa

– baseados no interesse tanto chinês quanto brasileiro em melhorar sua posição político-econômica no sistema internacional – concorrem como explicação para as opções de política externa adotadas pelos atores (Ramos, 2006, p. 24).

Oliveira (2004), analisando o projeto de inserção internacional do Brasil e a tendência da política externa brasileira de relacionamento com países em desenvolvimento, faz uma retomada histórica da parceria estratégica sino-brasileira e da aproximação do Brasil com os países asiáticos, no plano multilateral e bilateral. Conforme o autor, até a década 1970, o relacionamento brasileiro com a Ásia era majoritariamente decorrente das relações com o Japão, aproximando-se da RPC na metade dos anos 1970.

Apesar do “tradicional discurso da diplomacia brasileira de universalização das suas relações internacionais, somente na década de 1990 houve de fato um fortalecimento da aproximação econômica, e não apenas política, com a China” (Oliveira, 2004, p. 30). Neste diapasão:

Na última década, a retomada e ampliação do relacionamento com a Ásia adquirem novo vigor pela maior presença tanto da Coreia do Sul e dos países do Sudeste Asiático, quanto da China, que, em decorrência de seu desenvolvimento acelerado, não mais é só um ator político, mas um forte mercado consumidor além de fornecedor. Essa retomada tem clara conotação econômica, mas também é influenciada pela disputa comercial entre os países desenvolvidos e a proposta de criação de uma Área de Livre comércio das Américas (Alca), por muitos entendida como uma modalidade de protecionismo regional, com entraves para inserção de atores externos (Oliveira, 2004, p. 8).

Brasil e China elevaram a sua Parceria Estratégica (1993) ao nível de Parceria Estratégica Global (2012), reconhecendo a transcendência da bilateralidade em suas relações internacionais, como resultado da cooperação entre chancelarias e aproximação econômica e política entre os países.

O estreitamento dos laços guarda consonância com a proposta teórica chinesa de governança global apresentada pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês (2006) e denominado “mundo harmonioso” – a qual prega a irreversibilidade da multidisciplinaridade do sistema internacional (Gonçalves; Brito, 2010).

Os vínculos Brasil-China, embora tenham se acentuado em termos de parceria, remontam ao século XVI sofrendo os influxos da política expansionista portuguesa, na qual o Brasil funcionava como entreposto entre Portugal e Ásia:

Assim sendo, uma história comum entre Brasil e China pode ser concebida a partir do momento em que se identificam convergências sociopolíticas. Esse vínculo pode ser percebido em dois vértices: o primeiro marcado pela perspectiva sociocultural, induzido por Portugal, em que, por meio do empreendimento expansionista presente no ímpeto colonizador, atuou como uma ponte entre a China que começava a sofrer intervenção ocidental e o Brasil que se constituía em território recém associado à política europeia, incorporado como colônia daquele continente. O segundo vértice refere-se a um passado recente, cuja proeminência se deve i) à perspectiva jurídico-política de dois Estados independentes, integrantes do sistema concebido na lógica westphaliana, ii) inseridos no sistema interestatal criado pelas principais potências europeias e iii) identificados pela insatisfação com uma estrutura sistêmica marcada pela cristalização de valores que lhes desfavorece, por seu caráter majoritariamente etnocêntrico, e que os incentivam a mobilizarem se politicamente para que possam contribuir com a formação de novas regras (Lopes da Cunha, 2017, p. 56).

Em perspectiva contemporânea, esse movimento está presente com a aproximação dos países emergentes, característica diplomática do governo Lula 1 e 2 (2003-2011) (Santos, Oliveira, 2014), vinculado à projeção do Brasil enquanto potência regional principal (Huntington, 1999).

Com a “virada para a nova direita” – ascensão ideológica e eleitoral que no Brasil provocou alterações na política externa brasileira e culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro – a continuidade da cooperação sino-brasileira não foi ameaçada, haja vista a reativação da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e de Cooperação – (COSBAN) na visita do vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão à China (Assis; Da Silva, 2020).

Feita essa breve digressão histórica, o processo contemporâneo de redesenho do espaço mundial, a partir da crise do capitalismo de 2008, revisita os debates acerca do estreitamento de relações geopolíticas entre os novos *players*, a exemplo do fortalecimento do comércio exterior sino-brasileiro.

Em uma abordagem pragmática, passaremos à análise dos acordos bilaterais, quais sejam: Plano de Ação Conjunta (2010-2014), Plano de Ação Conjunta (2015-2021); Plano Decenal de Cooperação (2012-2021); Plano Estratégico (2022-2031) e Plano Executivo (2022-2026), assinados nos pós-crise de 2008 com o intuito de promover o desenvolvimento da Parceria Estratégica Global e “intensificar a cooperação amigável e mutuamente benéfica entre os dois países”, “em um espírito de igualdade e pragmatismo”.

O Plano de Ação Conjunta, complementado pelo Plano Decenal, define objetivos para a cooperação bilateral de forma a aprofundar a aproximação em todas as “áreas-chave”. De modo geral, os Planos transmitem como ideia central a existência de uma relação de “benefícios mútuos” e da existência de uma “parceria estratégica” entre os países, cuja fluidez conceitual já foi objeto de reflexão.

Os Planos trabalham, portanto, com a ideia de equalização, pautada em propostas de ajuda mútua, reciprocidade, bem-comum e “ampliação de consensos estratégicos”. Segue a síntese dos principais artigos e “áreas-chave” (Quadro 1).

Quadro 1 - Eixos e Áreas-chave dos acordos Bilaterais entre o Brasil e a China.

| Plano de Ação Conjunta (2010-2014) Plano de Ação Conjunta (2015 - 2021) | Plano Decenal de Cooperação Conjunta (2015-2021) | Plano Estratégico (2022-2031) Plano Executivo (2022 - 2026) |
|--|--|--|
| Art. 5 – Área Econômico-Comercial | Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial | Área de Economia e Comércio |
| Art. 6 – Área de Energia e Mineração | Minas, Energia, Infraestrutura e Transporte | Área de Investimento e Infraestrutura |
| Art. 7 – Área Econômico-financeira | Investimento e Cooperação Industrial e Financeira | Área de Energia e Mineração |
| Art. 8 – Área de Agricultura | Cooperação Econômica e Comercial | Área de Agricultura, Aquicultura e Pesca |

| | | |
|---|---|---|
| Art. 9 – Área de supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena | Cooperação Cultural, Educacional e Intercambio entre os Povos | Área de Educação |
| Art. 10 – Área de Indústria e Tecnologia da Informação | - | Área de Tecnologias da Informação e Comunicação |
| Art. 11 – Área de Cooperação Espacial | - | Área de Cooperação Espacial |
| Art. 12 – Área de Ciência, Tecnologia e Inovação | - | Eixo Político |
| Art. 13 – Área Cultural | - | Eixo de Economia, Investimento, Comércio e cooperação |
| Art. 14 – Área de Educação | - | Eixo de Ciência, Tecnologia e Inovação |

Fonte: Elaborado a partir dos acordos bilaterais entre China e Brasil, 2010 – 2021.

Para além da retórica formal, as trocas econômicas são desiguais, com assimetrias resultantes da construção dos espaços mundiais que não conseguem ser resolvidas por contratos sinalagmáticos entre os países. Como exemplo, no Plano de Ação Conjunta (2015-2021), se observa que as áreas prioritárias destacadas divergem exponencialmente, passando por setores de alta tecnologia e de alto valor agregado até mineração, agricultura e criação de animais, processamento de alimentos e petróleo.

Os números da balança comercial sino-brasileira dialogam com as “áreas-chave” que protagonizam os Planos, cuja centralidade repousa na produção de bioenergia e biocombustíveis e o desenvolvimento atrelado ao escoamento da exportação.

Elaborados por meio de “consultas amistosas”, nos termos utilizados pelo Plano de Ação Conjunta (2015-2021), são ainda projetos simbólicos (*flagships*) de união entre os países. Os acordos simbolizam interlocução política e formação de consensos. Essa pré-compreensão é necessária para caracterizá-los enquanto construção de um arcabouço institucional Brasil-China com enfoque na expansão da reprimarização do Brasil, sobretudo quando se consideram os três eixos centrais da parceria estratégica sino-brasileira: político, econômico e científico-tecnológico.

A pauta multilateral está presente nos novos acordos, no que se refere aos três eixos citados acima. Uma das pautas mais tocadas no plano é o desenvolvimento sustentável, quando eles afirmam que ao contemplar ações que incorporem objetivos de desenvolvimento sustentável, a cooperação buscará a prosperidade e o bem-estar das sociedades dos dois países.

Considerando o final do período de vigência do Plano de Ação Conjunta 2015-2021 e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, houve a necessidade de reorientar a agenda bilateral de longo prazo; em que se constatou que o cenário internacional passou e passa por mudanças profundas e complexas, tornando ainda mais urgente e necessária a cooperação em desenvolvimento sustentável no pós-pandemia.

O plano executivo (2022-2026) é um reflexo dessas mudanças nas relações entre os dois países, que reverbera na criação de subcomissões para tratar de pautas novas. A ênfase dos Planos é na manutenção de diálogo político franco, abrangente, constante e aprofundado entre os dois países, para impulsionar o relacionamento bilateral e superar eventuais dificuldades. Há maior foco na diplomacia entre os dois países, sobretudo após o governo Bolsonaro (2019-2022) e seu alinhamento ideológico com os Estados Unidos.

Nos acordos atuais, principalmente no plano estratégico 2022-2031, os eixos político, econômico e científico-tecnológico continuam e são unificados. O eixo político se torna fundamental para a construção de uma agenda bilateral harmoniosa, apoiando pautas como: o desenvolvimento sustentável, promoção e proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, defendidas na retórica da diplomacia presidencial do terceiro governo Lula (a partir de 2023).

No setor econômico, uma das preocupações é a excessiva concentração da pauta exportadora de qualquer das partes, a qual tende a reforçar desequilíbrios e inibir o estabelecimento e o desenvolvimento de cadeias produtivas entre o Brasil e a China.

Os países relatam nos acordos que buscarão ativamente expandir quantitativa e qualitativamente seus fluxos bilaterais de comércio, buscando a diversificação, de lado a lado, dos produtos e serviços comercializados, incluindo a promoção das exportações de produtos e serviços com maior valor agregado. Por fim, afirmam que farão esforços para promover cooperação econômico-financeira capaz de estimular ambiente favorável ao investimento e ao comércio bilateral.

Temas econômicos e comerciais no relacionamento entre os países, inclusive como fator de estabilidade e motor do aprofundamento da Parceria Estratégica Global, se tornam centrais ante um globo cada vez mais polarizado.

É durante esse período polarizador, que a China abre os seus olhos para o Brasil, com um novo fôlego nessa relação que já dura cinquenta anos. Os novos acordos surgem para atrair o Brasil para a China e vice-versa. A China querendo alcançar os seu *status* como economia dominante, precisa do Brasil na América Latina como um interlocutor valioso, que participe do diálogo com os países vizinhos em favor da gigante asiática.

Os novos acordos são interessantes para ambos os países, pois se consubstanciam em instrumentos de interlocução e diálogo fortes que norteiam e dão valor a essas relações bilaterais. Ocorre que, ao falar na relação entre dois atores fracionários, não há como falar em trocas matematicamente iguais, mas em interesses complementares e que denotam, dos documentos e dados analisados, que a reprimarização do Brasil é multifatorial, mas cujos influxos provenientes das relações sino-brasileiras são evidentes.

Importante ressaltar que a reprimarização não possui os contornos de outrora, mas significa uma desindustrialização que “pode ser percebida desde a criação, em 2004, da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e de Cooperação – (COSBAN)” (Assis; Da Silva, 2020, p. 12129). A COSBAN, enquanto principal órgão de diálogo político regular, atua, nas

áreas sob sua competência, enquanto principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta e do Plano Decenal de Cooperação.

Os Planos representam, portanto, a cristalização institucional de relações bilaterais sólidas, possuindo subcomissões com reuniões anuais, com o objetivo de implementação dos planos e expedição de recomendações. Entretanto, em razão da multiplicidade de objetivos e prioridades nos planos de ação há um comprometimento do eficaz cumprimento das metas.

Propõe-se a leitura das trocas bilaterais de forma menos normativa, que concebe a positivação de acordos como instrumentos políticos e diplomáticos e não ignora a inexistência de espaços vazios na Geografia. Em uma análise além-gráficos, a China quem impulsiona a mobilização de municípios brasileiros – ao ditar o *modus operandi* das trocas comerciais em conformidade a suas necessidades, dada sua superioridade econômica e organizacional. A hierarquia organizacional transforma-se, assim, em um modo de mapear o “fazer”. O *superavit* torna-se, dessa forma, uma condição política de justificação de reprimarização.

A pandemia (Sars-Cov-2) demonstra mais uma vez a importância chinesa com a paralisação de diversas plantas industriais em razão da redução das atividades econômicas e *lockdown*, bem como com a crise dos *containers*⁵ (CNN, 2022). Em mais uma crise, desponta o dragão chinês com sua logística e antevisão de cenários.

A confirmação da hipótese de pesquisa estabelece que a tessitura dos planos evidencia um projeto de aproveitamento de vantagens comparativas entre os dois países, representando uma cristalização das instituições e de trocas comerciais assimétricas, em uma reciprocidade voltada às necessidades chinesas. Essas trocas, em termos econômicos, políticos e geoestratégicos, tornam o Brasil cada vez mais voltado ao agronegócio, à mineração, ao petróleo, à celulose, à dinâmica da produção de *commodities* e matérias primas para um dragão cada vez mais industrializado.

O artigo não revela, no entanto, uma ambição chinesa maniqueísta ou desconsidera outros fatores correlacionados à desindustrialização brasileira, como o distanciamento das necessidades latino-americanas e subutilização do poder de agência dos governos.

A maior exportação de *commodities* não necessariamente precisaria estar vinculada à reprimarização do país. A opção pela desindustrialização foi também governamental e, embora tendo sido acentuada nos anos 2000 em meio à ascensão chinesa, tem raízes anteriores no desprestígio da política industrial (em descompasso ao poder de agência dos governos), bem como advém da permissividade à modificação estrutural advinda dos aportes chineses.

⁵ CNN. Impactado por lockdown na China, frete marítimo no Brasil registra alta de preços. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/impactado-por-lockdown-na-china-frete-maritimo-no-brasil-registra-alta-de-precos/> Acesso em 05 de agosto de 2024.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arranjos institucionais das relações Brasil-China têm a crise de 2008 como ponto de inflexão. O recorte, como visto, remete à ascensão chinesa na geografia dos excedentes do capitalismo (Harvey, 2005), enquanto potência centralizadora das relações internacionais. Esse processo nos guia à análise dos acordos bilaterais entre o Brasil e a China para desnudar a assimetria econômica e organizacional desses documentos, cristalizando práticas e instituições.

A primeira década do século XXI é marcada pelo aprofundamento das relações estratégicas bilaterais entre Brasil e China, que reverberam na assinatura de diversos tratados bilaterais. Essa oportunidade de amadurecimento institucional correlaciona-se principalmente à elevação da China ao posto de “nova fábrica do mundo”, quando surge, na dinâmica comercial chinesa, a necessidade de um fluxo contínuo de *commodities*. Completando o sinalagma, o Brasil observa essa janela como uma saída para manter o crescimento e a estabilidade da balança comercial após a crise mundial de 2008.

Essas trocas, em termos econômicos, políticos e geoestratégicos, tornam o Brasil cada vez mais voltado ao agronegócio, à dinâmica da produção de produtos primários e matérias-primas para um dragão cada vez mais industrializado. A globalização econômica coloca a China em um local privilegiado no que diz respeito à produção industrial, centralizando as principais cadeias produtivas, ao passo em que adiciona complexidade à sua oferta.

Em vias de conclusão, após a análise dos dados advindos da Plataforma *Comex Stat* e dos acordos bilaterais entre os países - Planos de Ação Conjunta (2010-2014; 2015-2021); Plano Decenal de Cooperação (2012-2021); Plano Estratégico (2022-2031) e Plano Executivo (2022-2026) - o trabalho convida à reflexão sobre a extensão da participação chinesa no processo de desindustrialização brasileiro, sobretudo pós-crise de 2008, quando o Brasil acelera sua atuação enquanto reservatório territorial de produção de produtos primários.

São muitas as variáveis que compõem o contrafactual, não sendo possível traçar uma relação de causa e efeito para a desindustrialização e debate da reprimarização. Por conseguinte, não é intuito deste ensaio sugerir que a China insere o Brasil no processo de reprimarização, mas que se incorpora a esse processo: participando da dinâmica das regiões produtivas brasileiras para seu abastecimento. Todo esse movimento político-econômico correlaciona-se à capilaridade desse processo de reprimarização.

Há, portanto, uma participação chinesa importante na transição da economia brasileira, inserindo-se nesse processo de reprimarização em torno de suas demandas, seu poder de compra e capacidade de mercado. A crise de 2008 possui um processo de impacto diverso na China, que, com um processo de industrialização misto, alavanca a sua dinâmica de produção e consumo.

A continuidade da crise revela o seu caráter estrutural, tendo como um de seus elementos a necessidade constante de expansão. Essa expansão que busca força de trabalho e novos territórios e interliga-se à dinâmica que a própria força da hegemonia imprime nos territórios.

Em suma, a delimitação espaço-temporal proposta no trabalho é condição *sine qua non* para se pensar a incorporação do Brasil à lógica da geopolítica chinesa que se expande

para regiões fracamente industrializadas após a crise de 2008. Esses territórios facilmente aderem ao desenvolvimento do “efeito-china”, exportando commodities e importando produtos industrializados, dada a aderência empresarial, governamental e de política externa. A nova lógica global também precisa lidar com as contradições de um centro capitalista ocidental, que é a base da riqueza e da crise.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana; COSTA PINTO; Eduardo Costa; MACEDO CINTRA, Marcos Antonio. **As Relações Bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. São Paulo: Grupo de Trabalho sobre a China / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Ipea, 2011, 56p.
- ASSIS, Raimundo Jucier.; SILVA, Osmar Fernando Alves da. A reprimarização no Brasil sob a ascensão da geopolítica chinesa no comércio exterior (2008 – 2018). **Brazilian journal of development**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 12121-12139, mar.2020.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.
- BERNAL-MEZA, Raúl. América Latina e a nova relação centro-periferia com a China.: A reestruturação da economia mundial, **Finisterra**, Lisboa, v. 56, n. 116, p. 223-246, abr. 2021.
- BERNAL-MEZA, Raúl. Covid-19, tensiones entre China y Estados Unidos, y crisis del multilateralismo: repercusiones para AL. **Foro internacional**, Ciudad de México, v. 61, n. 2, p. 259-297, jun. 2021.
- BRASIL. **Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2010-2014**. Brasília, 2010. Disponível em:http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf Acesso em: 10 jul. 2024.
- BRASIL. **Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2015-2021**. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Brasília:[S.n], 2011.
- BRASIL. **Plano Estratégico 2022-2031 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Brasília: Governo Federal, 2022.
- BRASIL. **Plano Executivo para as Relações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China entre 2022 e 2026**. Brasília: Governo Federal, 2022.
- CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China. **Visão de Futuro: 40 anos de relação diplomática entre brasil e china**. Rio de Janeiro: CEBC, 2015. Disponível em:<http://cebc.org.br/2015/01/27/10a-edicao-visao-de-futuro/>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- CECHIN, Alicia; MONTOYA, Marco Antonio. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 23, n. 48, 150-171, set. 2017.

CNN. **Impactado por lockdown na China, frete marítimo no Brasil registra alta de preços.** Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/impactado-por-lockdown-na-china-frete-maritimo-no-brasil-registra-alta-de-precos/> Acesso em 05 de agosto de 2024.

COMEXSTAT/MDIC. **Plataforma de Consultas e Extrações de Dados Estatísticos do Comércio Exterior Brasileiro.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> . Acesso em: 04 jul. 2024.

DA CUNHA, Guilherme Lopes; CAMPELLO, Marcelo de Moura Carneiro. La inserción China en la Amazonía: análisis y consideraciones geoestratégicas. **Trans-pasando Fronteras**, Cali, n. 6, p. 241-262, dez. 2014.

ESTADÃO. **China negocia terras para soja e milho no Brasil.** Estadão, 27 de abril de 2010. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-negocia-terras-para-soja-e-milho-no-brasil,543390> Acesso em: 25 ago. 2024.

GONÇALVES, William; BRITO, Lana Bauab. Relações Brasil e China: uma parceria estratégica? **Século XXI**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-28, jan./dez. 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HUNTINGTON, S.P. La superpotencia solitaria. **Revista Ciencia Política Bogotá**, v. 50, n.1-2, p. 9-26, 1999.

KURZ, Robert. **Poder Mundial e Dinheiro Mundial: crônicas do capitalismo em declínio.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41 (n. esp. 40 anos), p. 29-41, 1998.

LIMA, José Alfredo Graça; JANK; Marcos; MALAN, Pedro. **O Agronegócio Brasileiro no Mundo.** Conselho Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI. Rio de Janeiro, fevereiro de 2019.

LOPES DA CUNHA, Guilherme. **As relações Brasil-China: Ciência, tecnologia e inovação no século XXI.** 2017. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MADUREIRA, Carolina Pereira; DE ASSIS, Raimundo Jucier Sousa; DE ESPÍNDOLA, Giovana Mira. Nova direita na política externa brasileira (2016-2021) e a (des) integração mercosulina. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 119-137, 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). (2009), “China se torna principal parceiro comercial do Brasil”. Abril, 2009. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041>>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 203, p. 1-15, maio-junho, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-30, jun.2004.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.

RAMOS, Danielly Silva. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. 2006. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SALAMA, Pierre. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan.-jun. 2012.

SANTOS, Débora Almeida Nascimento dos; OLIVEIRA, Marianne Costa. **Relações Econômicas entre Brasil e China no Período de 2008 a 2013**. In: IV Semana do Economista. 2014. Ilhéus/ BA. Anais IV Semana do Economista. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014.

SILVA, Osmar; ASSIS, Raimundo. A China e a Inovação Tecnológica no MATOPIBA: acordos bilaterais, importação de alta tecnologia e disponibilidade de crédito. **Seminário Pesquisar China Contemporânea**, Campinas, SP, n. 7, 2023. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/5219>. Acesso em: 31 ago. 2024.

TORRES, Marcus; CABRAL, Maria; SILVA, Lucas. BRICS' Impact over Brazilian bilateral commercial relations with China. **RICRI**, João Pessoa, v.2, n.4, p. 1-14, jul. 2014.